

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOCIAL À FORMAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS QUE PRESCINDAM DE PRECONCEITO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

CONTRIBUTIONS OF SOCIAL PSYCHOLOGY TO THE FORMATION OF SOCIAL REPRESENTATIONS THAT SURRENDER OF PREJUDICE: AN A EXPERIENCE REPORT


*José Tadeu ACUNA¹
Nilma Renildes da SILVA²*


Resumo: Relata-se neste artigo ações desenvolvidas durante uma experiência de extensão universitária, mediadas pela psicologia social e a categoria de análise das Representações Sociais. A prática aconteceu em um Centro de Referência de Assistência Social com seis adolescentes, cuja temática dos encontros circunscreveu a questão da sexualidade humana, com enfoque sobre a homoafetividade. Durante as discussões com os participantes, identificou-se preconceitos na sua forma de relacionar com pessoas homossexuais, expresso em sentimentos como nojo e atitudes de distanciamento. Nesta direção, elaborou-se quatro encontros de caráter psicoeducativo, para que fossem construídas novas representações sociais que prescindissem de preconceito. As ações extensionistas favorecem a humanização de grupos historicamente marginalizados, os quais estão inseridos em contextos possibilitadores de violência, entretanto, somente isso não basta, são necessárias iniciativas que visam à transformação no modo de produção social, de forma a gerir condições equânimes e igualitárias de acesso a bens e serviços socialmente estabelecidos.

Palavras-Chave: Psicologia Social. Homoafetividade. Educação em Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta intervenções desenvolvidas ao longo da execução do projeto de extensão “Direitos Humanos, ética e educação para promoção de relações sociais que prescindam do uso da violência”, realizado em uma cidade de médio porte do interior paulista, especificamente em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Trata-se de um projeto voltado para o atendimento à população em situação de risco, que convive em meio às relações sociais permeadas pelo uso da violência, sendo que, neste trabalho, apresentaremos uma das frentes realizadas com jovens adolescentes. Desde o início do projeto, o CRAS incorporou as atividades extensionistas em seu expediente, desta forma, os usuários dos serviços têm a possibilidade de participar das iniciativas ofertadas pela faculdade pública por meio

¹ Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da UNESP de Bauru, doutorando pelo mesmo programa. E-mail: tadeuacuna@gmail.com.  <https://orcid.org/0000-0002-3359-6395>.

² doutorado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Professora de Psicologia Social e Supervisora de Estágio em Psicologia Social e Comunitária da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Bauru/SP. E-mail: nilmarsilva@fc.unesp.br.  <https://orcid.org/0000-0001-8458-3431>.

da extensão, tais como o desenvolvimento de grupos de jovens e adultos tangenciando diversas temáticas relacionadas as suas vivências.

Optou-se pela psicologia social como abordagem para subsidiar nossas intervenções de caráter psicoeducativo, embasadas nos princípios da Educação em Direitos Humanos. Dessa forma, compreende-se que o pensar, sentir e agir das pessoas são construídos a partir de suas relações sociais mediadas por elementos semióticos, em um processo de apropriação dos conteúdos culturais, construídos pela humanidade, e, convertidos em instrumentos psicológicos, que permitem os indivíduos interpretar sua realidade e atuar sobre ela mediados pela linguagem.

De acordo com Lane (2017), a psicologia social preocupa-se em analisar a estrutura da atividade de produção da existência singular de cada indivíduo interseccionada com a produção da vida coletiva, em outras palavras, toda ação humana está marcada por conteúdos que foram apropriados de uma estrutura social, convertidos em consciência da realidade e objetivadas em sua relação com o mundo exterior. Segundo a autora, o estudo sobre os grupos sociais são de extrema importância para se conhecer a forma como os indivíduos estão representando a realidade e atuando nela, pois, os grupos constituem-se como elementos mediadores entre indivíduo e sociedade. Por meio das relações, as pessoas aprendem a fazer parte da realidade social em que vivem, sendo assim, entendemos que se aprende a participar da sociedade e fazer parte dela, com isso, a Educação, mais especificamente os processos educacionais, despontam como possibilidades de humanização, pois proporciona aos indivíduos condições de apropriação do patrimônio cultural produzido ao longo da história dos homens. Este conteúdo internalizado, será a base para o avanço das capacidades psicológicas, a saber, pensamento, linguagem, imaginação, projeção de ações, etc. Tais funções, permitem ao indivíduo representar sua realidade e nortear suas ações pautadas na interpretação de sua vivência objetiva.

Para se compreender como a representação de cada indivíduo está sendo construída, é imprescindível reconhecer o modo de produção da materialidade social, entendido como a base em que o indivíduo se desenvolve, em outras palavras, faz-se necessário identificar os valores compartilhados e apropriados nas e pelas relações sociais. De acordo com Lane (2017), o Capitalismo sendo o modo de produção vigente, organiza e estrutura as sociedades em classes, em que a dominante determina as condições de sociabilidade, as formas de se pensar, sentir e agir em relação à realidade e a si mesmo.

Para Guareschi (1998), na sociedade capitalista a Ideologia não é meramente um conjunto de valores que norteiam as práticas sociais, mas sim, tem a função de manter a classe dominante no poder. O autor denuncia que, a burguesia recorre às estratégias como a manipulação da mídia e da política para veicular e estabelecer ideias, cuja finalidade é impedir a consciência crítica acerca desse sistema social. Ademais, este mesmo grupo, intenta limitar o acesso à produção cultural humana, tais como, os direitos a educação, transporte, moradia, saúde, etc.

Com a regulação feita pela classe dominante, ela gere condições sociais que contribuem para a formação de representações fragmentadas da vida cotidiana, não permitindo um conhecimento aprofundado e científico dos fenômenos vividos pelas pessoas. Nesta direção, nota-se uma ação violenta de coerção de direitos universais, pois exclui o indivíduo do direito de se apropriar dos instrumentos que simbolizam as máximas capacidades humanas, tal como a Educação.

Chauí (1998, p.3), define Violência como:

“1) [Violência é] tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constringer, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar). 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror.

Para Vázquez (1990), Martim-Baró (1997) e Silva (2004) os homens sempre utilizaram da violência para a transformação da natureza, porém com o seu desenvolvimento social, ela, a violência, ganhou um caráter pervasivo, potencial e implícito, no sentido, da aplicação da força ou de instituição de recursos com vista a desumanização de um grupo de pessoas, por exemplo, péssimas condições de serviços de saúde, educação, assistência social, moraria e transporte .

É neste contexto, permeado por injustiças e negação da dignidade humana, que a Extensão Universitária encontra seus desafios: a interação transformadora entre os espaços acadêmicos com demais setores da sociedade, a fim de colaborar à construção de uma sociedade mais justa, levando os saberes científicos produzidos pelas Instituições de Ensino Superior, até a comunidade com vistas ao fortalecimento e instrumentalização de grupos historicamente marginalizados, para combater e superar condições desumanizantes impostas pelo sistema de produção social (BRASIL, 2015).

Nesta interação entre Universidade e Comunidade, todos se beneficiam, pois, neste contexto é aberto um espaço de aprendizagem diferente daquele tradicional da sala de aula, que demanda do estudante extensionista a conversão do saber teórico em saber prático, promovendo assim uma formação profissional de qualidade. E, para os cidadãos da Comunidade, são proporcionadas oportunidades extirpadas de seu cotidiano, por exemplo, a Educação em Direitos Humanos. De acordo com Freire (2001, p.99):

[...] A educação para os direitos humanos, na perspectiva da justiça, é exatamente aquela educação que desperta os dominados para a necessidade da “briga”, da organização, da mobilização crítica, justa, democrática, séria, rigorosa, disciplinada, sem manipulações, com vistas à reinvenção do mundo, à reinvenção do poder (FREIRE, 2001, p. 99).

Marinho (2012, p.51) complementa que a Educação em Direitos Humanos pode ser entendida como um conjunto de processos educativos, formais e não formais “orientados para a construção de uma cultura de respeito à dignidade humana, através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz”.

A Educação em Direitos Humanos é de extrema importância para a superação de relações que prescindam do uso da violência, principalmente quando consultamos dados estatísticos sobre homofobia no Brasil. De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos (BRASIL, 2018), houve um aumento de 127% nos casos de assassinatos contra Lésbicas, Bissexuais, Gays, Travestis e Transsexuais (LGBT) entre os anos de 2016 e 2017 no Brasil, passando de 85 mortes para 193.

Os dados supracitados referentes aos atos de homofobia, revelam o atual e crescente preconceito em relação ao público LGBT, devido a sua orientação do desejo sexual e afetivo que cotidianamente é representada no imaginário coletivo, ora como uma escolha pessoal doentia, ora como falta de caráter (MISKOLCI, 2007). Representação oposta à propalada pela Organização Mundial da Saúde, que compreende o conceito de sexualidade como algo inerente ao ser humano e a sua busca por prazer e satisfação, a qual abrange o vivenciar de seu gênero, orientação do desejo afetivo sexual, erotismo, intimidade e identidade (OMS, 2017).

A teoria sobre a categoria de análise Representações Sociais (RS) permite a compreensão de como está sendo construído o pensar, sentir e agir em relação as pessoas de orientação homoafetivas. Jodelet (2001), explica que as RS são construídas a partir das relações interpessoais cujo plano de fundo é a materialidade social. Dependendo da história de cada indivíduo, o qual está inserido em um contexto sócio, político e econômico, este se apropriará dos elementos semióticos dispostos pela cultura, que funcionará como base para o reconhecimento e interpretação da realidade pessoal e social a qual vive.

Nesta direção, as RS são sistemas de conhecimento que orientam a comunicação e a compreensão do contexto social, abarcando tanto a relação com o outro, quanto consigo mesmo, sendo possível detectar os valores compartilhados pela sociedade e apropriados pelos indivíduos, além de fornecer elementos para a compreensão de suas atitudes, conceito este entendido como a predisposição de pensar, sentir e agir em contexto social.

Rocha e Rangel (2016), em seu estudo de revisão narrativa, buscou analisar questões relacionadas a homossexualidade, mediadas pela RS em artigos indexados na

Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e publicados entre 2000 e 2015. Foram localizados e analisados sete artigos que abordavam a temática homossexualidade à luz das RS. De forma geral, as investigações levantadas preocupavam-se em conhecer as explicações sobre a origem do desejo homoafetivo, posicionamentos de estudantes frente adoção de crianças por casais homossexuais, crenças e atitudes de grupos religiosos sobre a homossexualidade, concordância de estudantes sobre o casamento entre pessoas do mesmo gênero, concepções de adolescentes escolares sobre a homossexualidade, valores atribuídos às pessoas de orientação do sexual homoafetiva no mercado de trabalho.

A respeito das justificativas sobre a origem da homossexualidade, foi possível localizar explicações que a entendem como distúrbio de ordem biológica; maior número de posicionamentos contrários à adoção e o casamento entre pessoas do mesmo gênero; desvalorização social da pessoa homossexual no mercado de trabalho. Rocha e Rangel (2016), concluíram que, passados quinze anos ainda existe preconceito em relação ao grupo de pessoas homoafetivas, desvalorizadas e colocadas em situação desfavorável, quando comparado com outros do grupo heteronormativo.

Lacerda, Pereira e Camino (2002), objetivaram conhecer as RS sobre homossexualidade e as formas como elas se expressam, para isso, construíram um instrumento de coleta segmentado em escalas do tipo Likert, a saber: de rejeição à intimidade, que descreve situações do cotidiano relacionadas à existência ou não de intimidade com homossexuais; escala de expressão emocional em relação a homossexuais; escala de explicação da homossexualidade, dividida em justificativas de ordem biológica, ético-morais, religiosas, psicológicas e psicossociais. Aplicaram o questionário em duzentos e vinte estudantes e analisaram quantitativamente as respostas obtidas, das quais três quartos indicaram preconceito explícito e sutil em relação a manter contato com pessoas homossexuais, e, as justificativas sobre a origem da homossexualidade assentam-se em opiniões da ordem ético-moral e biológica. Os autores concluíram que a investigação sobre o preconceito, mediada pelas RS, contribui para o desvelamento e denúncia de relações preconceituosas.

Colares, Silva, Freitas (2015), Pinho e Nascimento (2016) afirmam a existência de estereótipos sobre a homossexualidade veiculados pelo cinema e televisão. De acordo com os autores, a pessoa homossexual é geralmente representada por aquelas mídias ora como homens com traços afeminados, ora caricaturais e cômicos, relacionados às profissões ligadas à estética e moda. Ainda é possível dizer que atualmente pouco aparece a figura da mulher homoafetiva nas telenovelas e a questão da transsexualidade é praticamente inexistente. A partir destas constatações, Colares, Silva, Freitas (2015), Pinho e Nascimento (2016), concluem que o cinema e a televisão retratam a representação da grande maioria das pessoas sobre a homossexualidade, a qual indica preconceitos e estereótipos.

A Psicologia pode contribuir com a transformação do cenário indicado. Por meio de intervenções ancoradas na Educação para os Direitos Humanos, é possível

[re]construir RS que prescindam do preconceito e desconstruir mitos e estereótipos sobre a pessoa homossexual (CFP, 2014).

Nesta direção, objetivamos descrever e analisar o processo grupal realizado com adolescentes sobre a temática Homossexualidade, durante a execução do projeto de extensão “Direitos Humanos, ética e educação para promoção de relações sociais que prescindam do uso da violência”. Especificamente, relataremos: 1) a análise das concepções e atitudes dos adolescentes relacionadas à homossexualidade, mediada pelas RS; 2) as práticas de intervenção realizadas junto aos jovens, para desconstrução de mitos e estereótipos sobre a sexualidade humana.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Psicologia Social foi escolhida para subsidiar o trabalho desenvolvido. Lane (2017) afirma o compromisso daquela psicologia com os grupos historicamente marginalizados que tiveram seus direitos aviltados e foram impedidos de participar dos processos de desenvolvimento social devido ao modo de produção econômico. Nesta direção, as intervenções visam à humanização dos envolvidos de forma a instrumentalizá-los para a compreensão e transformação da sua realidade.

Optou-se pelo processo grupal como forma de trabalho, pois o grupo favorece o compartilhamento de experiências, a identificação de valores pessoais e possibilita o confronto de atitudes e sentimentos oriundos da cotidianidade vivida; além do mais, favorece o fortalecimento de vínculos entre os participantes e o aprendizado coletivo por meio do diálogo dirigido. Em outras palavras, o grupo canaliza sentimentos, emoções e necessidades, facilitando o conhecimento das representações que os indivíduos formulam e indica como eles estão se relacionando consigo e com os outros.

Neste direcionamento, a categoria de análise RS mediou o trabalho desenvolvido, pois elas são:

[...] modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos. São, conseqüentemente, formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos — imagens, conceitos, categorias, teorias —, mas que não se reduzem jamais aos componentes cognitivos (SPINK, 1993, p.300).

Ao longo da prática desenvolvida na extensão universitária, mediada pela categoria de análise das RS, foi possível conhecer como os participantes representavam o fenômeno sexualidade, com maior ênfase na homossexualidade. A partir da compreensão dos significados emergidos, pode-se constatar a existência de preconceito para com pessoas consideradas homossexuais. Falas do tipo: “não gostaria de ser amigo de um homossexual”, “isso deve ser doença”. Atribuições de nomes pejorativos, bem como, piadas que desqualificam e diminuem sujeitos desta orientação do desejo sexual e afetivo foram muito recorrentes ao se debater o assunto.

Considerando este contexto, concebeu ser necessário intervir junto ao grupo de forma a desconstruir estes tipos de representações, para tanto, elaborou-se algumas temáticas a serem trabalhadas com os jovens com o intuito de transformar estas relações preconceituosas em outras, baseadas no respeito e dignidade.

As atividades do projeto de extensão foram realizadas em um CRAS, localizado em um bairro periférico de uma cidade do interior do oeste paulista. Os serviços ofertados são voltados para crianças, adolescentes, adultos e idosos, que variam desde o fortalecimento de vínculos socioafetivos, fornecimento alimentação/refeição, até proposições de atividades socioeducativas.

Especificamente, a experiência com o grupo de jovens aqui relatada, aconteceu ao longo do ano de 2013. Participaram seis adolescentes do gênero masculino na faixa etária entre 14 e 16 anos, usuários dos serviços disponibilizados pelo CRAS. Cabe pontuar, que era prevista a participação destes jovens no projeto de extensão, devido ao convênio estabelecido entre a instituição com a Universidade.

Com o grupo supracitado, trabalhou-se, por meio do processo grupal questões relacionadas à sexualidade, orientação profissional, autoconhecimento e violência. Os encontros aconteciam às quintas-feiras das 14 às 15 horas. As intervenções tinham caráter informativo e psicoeducativo sobre os assuntos abordados durante os encontros.

Durante as discussões referentes a sexualidade humana, surgiu a necessidade de conhecer relação dos participantes com esta temática, neste sentido, fomentou-se um debate norteado pelos seguintes questionamentos: 1) qual a concepção que esses adolescentes têm sobre o conceito de sexualidade, orientação sexual e com quem esse assunto é discutido no dia a dia; 2) quais e que tipo de informações tem sobre sexualidade e sua fonte de obtenção; 3) desenvolvem relações próximas com alguma pessoa de orientação homossexual; 4) quais são seus sentimentos, emoções e explicações acerca da homossexualidade; 5) cometeram ou cometem algum tipo de violência voltado ao grupo de pessoas homossexuais.

Cabe pontuar que os questionamentos elaborados, foram construídos considerando os estudos de Lacerda, Pereira e Camino (2002). Em sua investigação, os autores identificaram como os indivíduos estavam representando questões relacionadas a homoafetividade. Dessa forma, após conhecer as RS dos participantes do processo grupal, as quais denotaram preconceito, pode-se pensar em meios de conduzir outras discussões a fim de desconstruir mitos e estereótipos relacionados a sexualidade humana, com maior enfoque sobre a homossexualidade.

Durante os encontros, um dos autores tomou nota dos diálogos apresentados pelos participantes, e, posteriormente, as organizou e analisou mediado pela teoria das RS, recorrendo às orientações de Spink (1993), que são: leitura flutuante do material, a fim de avaliar se as respostas correspondiam à pergunta; definição do objeto e ou fenômeno da representação e as explicações sugeridas pelos participantes, os quais deveriam localizar o núcleo central do que se representa, ou seja, como cada

indivíduo conceitua e explica o que se almeja conhecer; reconhecimento dos sentidos pessoais atribuídos ao fenômeno estudado; elaboração de inferências e explicações à luz da teoria da investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As representações sobre sexo, sexualidade e orientação sexual são análogas e fazem menção apenas ao ato sexual em si e ao órgão genital masculino. A fonte de informações sobre este assunto advém das conversas com amigos, sites de vídeos da internet, novelas e músicas. A escola somente foi apontada por três participantes, e, em seu relato, mencionaram as aulas de ciências sobre a reprodução e fecundação entre casais heterossexuais. Ademais, a questão sobre sexualidade não é discutida com a família, dois participantes comentaram que tal assunto não pode ser abordado com os responsáveis, pois se constitui como pecado. Por fim, a totalidade dos participantes indicou que sexo é algo bom e sabem tudo a respeito desta prática.

Todos os adolescentes afirmaram que não tem colegas homossexuais e não consideram problema em tê-los, entretanto, preferem manter distância destas pessoas, pois poderiam ser alvo de chacotas por parte de seus amigos. Complementando este dado, para eles caçoar e atribuir apelidos pejorativos às pessoas de orientação homoafetiva não se constitui como ato de violência, sendo apenas uma “brincadeira”, mas não gostariam de ser alvo das mesmas. Relataram não presenciar ou cometer algum tipo de agressão ou ato violento contra homossexuais.

Os seis jovens têm dificuldades para estabelecer e manter contato com alguém daquela orientação, principalmente aqueles com expressões afeminadas. Eles assinalaram que sentiram por muitas vezes nojo, e, nunca amor em relação a homossexuais. Respeito, admiração, desprezo e raiva foram indicados em unanimidade como “às vezes”.

Por fim, três participantes explicaram a homossexualidade como uma escolha que denota falta de respeito e pecado, a qual deveria ser revista e repensada. Um dos participantes entende como uma doença e acha que a pessoa deveria procurar um médico; o restante apontou a necessidade das pessoas homossexuais modificarem o caráter.

Analisadas as respostas à luz das RS, verifica-se o preconceito em relação às pessoas homossexuais tanto em nível de concepção, quanto de ações, denotando atitudes violentas, mesmos que os participantes concebiam este tipo de posicionamento como não violento. Ademais, preferem manter distância delas, pois tem nojo e medo de serem taxados como iguais e sofrerem com chacotas dos amigos. Neste sentido, os grupos aos quais os adolescentes pertencem, também orientam suas práticas sociais desta maneira, pois indicaram não ter nenhum amigo homossexual, e, também, não gostariam de ter.

A mediação realizada pela RS, permitiu conhecer como os conhecimentos sociais dos adolescentes estão sendo elaborados e propagados em relação às pessoas não enquadradas em um padrão heteronormativo. Para Jodelet (2001), analisar as RS significa atentar para a fonte de informação que contribui para a formação daquelas representações, as explicações justificam o conceito dos indivíduos sobre determinado fenômeno e as atitudes relacionadas a ele. Nesta direção, foram três tópicos que se destacaram no processo de análise das RS: o papel da mídia e da escola como fonte de informação sobre sexualidade humana, os sentimentos relacionados à pessoa homossexual e as justificativas para suas atitudes em relação a este grupo.

Autores como Lacerda, Pereira e Camino (2002), e, Rocha e Rangel (2016), explicam o preconceito contra o indivíduo homossexual apresentado de várias formas, podendo ser constatado pelas justificativas da origem da homossexualidade. Crenças de que esta orientação do desejo sexual afetivo deve-se unicamente à dimensão biológica, geralmente ganha uma conotação de distúrbio ou doença; por outro lado, afirmar que é uma questão de escolha, recorrentemente atribui-se a ela um caráter imoral a ser corrigido.

Estas formas de se explicar a homossexualidade apareceram no discurso dos adolescentes, em um primeiro momento de forma sutil, porém ao questioná-los sobre a manutenção de vínculos com essas pessoas, logo foram contrários a isso e afirmaram sentimentos negativos como raiva, ódio e nojo. Neste caso, nota-se a apresentação direta de rejeição, ou seja, existe um preconceito flagrante em relação aos homossexuais.

Ao articular as dimensões cognitivas e sociais das RS, é possível identificar alguns aspectos do campo afetivo vivenciado pelos indivíduos. Neste direcionamento, afirma-se que é fundamental conhecer como a pessoa define e explica algo e como se relaciona afetivamente, para que seja viável verificar a coerência entre o fazer e sentir, desdobrando-se na existência ou não de preconceitos. Segundo Jodelet (2001), o conteúdo das informações apropriadas pelos indivíduos em suas relações sociais, contribui para a forma como eles agem. Durante a ação desenvolvida com os adolescentes, eles relataram que se informavam sobre sexualidade humana, por meio da mídia e das aulas de ciências, as quais abordavam unicamente a temática da reprodução biológica. Esta condição de apropriação, contribuiria para a formação de RS providas de preconceitos.

A mídia tende a reproduzir ideias do senso comum almejando gerar lucro por meio deste canal, em um processo que cativa e gera prazer para quem consome seu material. Dessa forma, por se constituir como uma ferramenta de comunicação em massa, reitera valores presentes na sociedade ou gera outros convenientes a reprodução da ideologia de um determinado grupo no poder. Sendo assim, a mídia constrói e legitima significados e identidades que regulam o comportamento das pessoas.

Colares, Silva e Freitas (2015), Pinho e Nascimento (2016), informam que geralmente a pessoa homossexual é representada no cinema e na televisão como um sujeito afeminado, caricatural que está relacionado às profissões que não são consideradas pertencentes ao gênero masculino; para além destes estereótipos, poucas são as ações que endossam o respeito à diversidade. Socialmente é compartilhado um padrão de “ser homossexual e gay” que limita a pessoa nesta sua condição e desconsidera a existência de outras características e peculiaridades da sua identidade.

Reconhecendo que a mídia apropria-se das ideias compartilhadas pelo senso comum e as divulga de forma a seduzir quem irá consumi-las, não se pode deixar de pontuar o aspecto histórico da representação coletiva da homossexualidade. Nem sempre ela foi concebida como algo negativo, mas o estigma foi estabelecido, com maior ênfase, a partir da conquista do poder pela igreja católica e a difusão do catolicismo nas mais diferentes sociedades. Com isso, a sexualidade de gays e lésbicas passou a ser concebida como um desvio, pois agiria contra a lei natural divina que associa sexo a reprodução.

No período da idade moderna, com a medicina ocupando lugar de destaque na sociedade, determinou-se que a homossexualidade seria uma espécie de transtorno da ordem biológica carente de tratamento. Atualmente, muito se tem avançado sobre os direitos dos grupos LGBTs, porém ainda coexistem as representações supracitadas. Concorda-se com Miskolci (2007, p.118): apesar dos avanços na percepção social sobre os parceiros do mesmo sexo, não há dúvida de que suas vidas amorosas ainda são reduzidas à sexualidade e sob a necessidade de controle.

Todos estes saberes propalados sobre a homossexualidade favorece a formação de RS que não a compreende em seu aspecto multideterminado, colaborando para a consolidação de práticas violentas em relação a este grupo de pessoas. Outros fatores também estimulam atitudes violentas e preconceituosas em relação às pessoas homossexuais. Para Silva (2004), os preconceitos são falsos juízos de valores hierarquizados, normalmente tem a função de classificar fenômenos em determinada ordem e qualidade, os quais têm sua raiz em apropriações de conteúdos compartilhados nas e pelas relações sociais, calcadas em elementos que de fato não o compreendem em sua totalidade, apenas na sua aparência, gerando a reprodução de um conhecimento parcial, o qual colabora para atitudes preconceituosas.

A lógica capitalista tem a finalidade de manter o *status quo* de quem está no poder por meio da gestão das condições da materialidade; sendo assim, desdobra-se na implementação e consolidação das políticas públicas econômicas, educacionais, de serviços, etc. Neste direcionamento, não permite a todos a apropriação das máximas produções humanas, relegando ao indivíduo apenas a reprodução de seu cotidiano, que não proporciona a superação de formas cristalizadas de pensar, sentir e agir a vida como um todo.

Os participantes vivenciam o empobrecimento de sua individualidade devido a diversos fatores, pois, são adolescentes em situação de risco em uma comunidade periférica com altos índices de violência, desprovida de recursos adequados, tais como moradia, saúde, saneamento básico. Justamente por isso, o CRAS constitui-se como um centro de referência para todo o bairro, fornece subsídios para a vida cotidiana, promove processos educativos com vista à humanização dos atendidos.

Este panorama coaduna-se com o que Martim-Baró (1997), explica sobre o contexto possibilitador de violência. De acordo com o autor, existe um fundo ideológico e de valores responsáveis pelo o aviltamento dos direitos dos cidadãos, que os deixam à margem dos processos de desenvolvimento social em condições subumanas, facilitando atos violentos.

Este contexto facilitador também impede a apropriação pelas pessoas de elementos culturais, colaborando para a formação de RS não fundamentadas em conhecimentos científicos, pois é negada a elas a possibilidade de uma educação baseada em Direitos Humanos, formadora de subjetividades para o convívio respeitoso com a diversidade. É possível notar esta questão, quando os participantes mencionam que em suas escolas o fenômeno sexualidade é abordado apenas em sua dimensão biológica. Excluindo a formação para a convivência com a diversidade.

Advoga-se os jovens uma educação voltada para o respeito aos direitos humanos para a superação das relações que prescindam do uso da violência, de forma a construir representações sobre a sexualidade humana embasada em elementos científicos, que rompam com mitos, estereótipos e preconceitos relacionados a ela, para sair de um contexto possibilitador da violência, para uma realidade possibilitadora da reflexão crítica por parte desses adolescentes, contribuindo com a diminuição de práticas sociais violentas.

Com o conhecimento das concepções dos adolescentes sobre homossexualidade mediada pelas RS, elaborou-se e implementou-se algumas discussões e atividades educativas que visaram [re]construir novas RS desprovidas de preconceito. Para tanto, organizou-se quatro encontros: o primeiro abordou o conceito de sexualidade humana; o segundo, em formato de oficina, treinou habilidades de expressão de sentimentos; o terceiro refletiu sobre o convívio com a diversidade e o quarto sobre comportamentos de risco na adolescência.

Para o desenvolvimento do primeiro encontro, recorreu-se à representação gráfica de uma linha do tempo segmentada em períodos históricos, a saber, pré-história, greco-romano, idade média, moderna e contemporânea. Cada período era ilustrado com imagens representando seus costumes e as formas de se relacionar afetivo-sexualmente. Projetou-se as ilustrações no quadro e na sequência discutia-se, mediando o diálogo de forma a favorecer a compreensão de que a cada período histórico, existem diferentes valores e formas de se relacionar, além de discursos e ideologias, que legitimam estas práticas nas sociedades.

No segundo encontro, foi realizada a oficina de expressão de emoções e sentimentos. Primeiramente, apresentou-se os conceitos de amor, empatia, raiva, ódio, tristeza, alegria e saudade, depois, solicitou-se aos jovens que desenhassem ou encenassem cada um, mediando seus comportamentos de forma a aprender a expressar sentimentos sem ferir a autoestima do interlocutor. A empatia foi o conceito que mais gerou dúvidas entre os jovens. Aproveitou-se deste contexto, para discutir a importância do respeito às pessoas, independente de suas diferenças, pois somente assim, seria possível o desenvolvimento de relações empáticas.

O terceiro encontro foi denominado de “localizando a nossa diferença”. Solicitou-se ao grupo a organização de uma roda, entregou-se uma caixa com um espelho colado ao fundo e orientou-se que os adolescentes olhassem para o objeto e relatassem uma qualidade ou característica considerada única e particular. Após o relato de todos os participantes, discutiu-se sobre as diferenças e gostos individuais, mediando a discussão e estimulando a tomada de consciência de que a diversidade não é motivo de desigualdade.

No quarto encontro, com embasamento nas orientações contidas na Cartilha do Adolescente (BRASIL, 2012), abordou-se sobre comportamentos de risco e proteção à saúde do adolescente. Para tanto, debateu-se sobre o uso de álcool e outras drogas ilícitas, abuso sexual, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), gravidez na adolescência, métodos contraceptivos e relações afetivo-sexuais.

Ao longo das ações desenvolvidas, notou-se que a intervenção mediada pela psicologia social e a categoria de análise das RS, forneceram subsídios teórico-práticos para o desenvolvimento de intervenções com vistas à [re]formulação de RS, pautadas em princípios que legitimam e respeitam a diversidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução do projeto de extensão “Direitos Humanos, ética e educação para promoção de relações sociais que prescindam do uso da violência”, especificamente as ações desenvolvidas e relatadas neste artigo, permitiu o desenvolvimento de processos grupais com adolescentes, cujas RS indicaram atitudes preconceituosas em relação às pessoas homossexuais. Estes preconceitos assumiram diversas formas, desde as mais sutis, até aquelas representadas por chacotas, nojo e desinteresse em se vincular com estes indivíduos. Mediante este contexto, elaborou-se intervenções embasadas nos princípios da Educação em Direitos Humanos, com o intuito de que os jovens participantes compreendessem a diversidade como característica permanente da humanidade, as diferenças não motivam a desigualdade e os valores sociais transformam-se ao longo da produção da existência humana.

A base teórica escolhida, psicologia social e a categoria de análise das Representações Sociais, auxilia a conhecer o grupo participante e fornece subsídios para

a intervenção embasada em processos educativos. Esta articulação, RS e intervenção psicológica de base educativa, é uma possibilidade para o enfrentamento de relações permeadas pela violência; em outras palavras, se conhece as RS dos indivíduos para reformulá-las, no sentido de reorientar o pensar, sentir e agir de forma a prescindir de preconceito.

Destarte, finaliza-se este artigo, reiterando a importância de ações extensionistas à comunidade. O Capitalismo tem propalado uma ideologia perversa e meritocrática, a dificultar o acesso aos serviços que seriam de direito de todos os cidadãos, principalmente à população das comunidades periféricas; neste sentido, a extensão ganha um caráter duplo, de denúncia das condições subumanas de existência e de instrumentalização dos indivíduos para lutar por seus direitos, como partícipes do processo de desenvolvimento social. Portanto, a extensão universitária pode configurar-se como movimento de resistência e luta por uma sociedade justa.

ACUNA, J. T.; SILVA, N. R. Contributions of social psychology to the formation of social representations that surrender of prejudice: an a experience report. *Educação em Revista*, Marília, v. 21, n. 1, p. 95-108, 2020.

Abstract: It is reported in this Article actions undertaken during an experience of university extension, mediated by social psychology and the category of analysis of the Social Representations. The practice has happened in a Reference Center for Social Assistance with six adolescents, whose themes of the meetings was human sexuality, with a focus on homosexuality. During the discussions with participants, were identified prejudice in their way of relating with homosexual persons, expressed in feelings such as disgust and attitudes of detachment. In this direction, it has four meetings of psychoeducational guidance to be built new social representations that disclaim of prejudice. It has concluded from this work, stating that university extension favor the humanization of historically marginalized groups which are inserted into contexts of violence, however, only that is not enough, are necessary initiatives that aim to transformation in the mode of social production, in order to manage equitable and equal conditions of access to goods and services socially established.

Keywords: Social Psychology. Homosexuality. Human Rights Education.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Saúde. *Cartilha do Adolescente*. Brasília – DF. 2012.
- _____. *Política Nacional de Extensão Universitária*. 2015. Disponível em: <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%Aadtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 13 set.2018.
- _____. Ministério dos Direitos Humanos. *Disque 100 registra aumento de 127% nas denúncias de homicídios de pessoas*. 2018. Disponível em: <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/maio/disque-100-registra-aumento-de-127-nas-denuncias-de-homicidios-de-pessoas-lgbt-1>. Acesso em 30 de jul. 2018.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. *Código de ética profissional do psicólogo*. 2014.

CHAUÍ, M. Ensaio: ética e violência. *Revista Teoria e Debate*, São Paulo, nº 39, p. 3. 1998. Disponível em: <http://www.fpa.org.br/conteudo/ensaio-etica-e-violencia>. Acesso em 01. set. 2018.

COLARES, A. F. V.; SILVA, L. O; FREITAS, A. F. O cinema nacional é preconceituoso? Reflexões sobre (o poder da) mídia, representações sociais e homossexualidade. *REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, Florianópolis, v. 5, n. 1, 2015.

FREIRE, P. Direitos Humanos e Educação Libertadora. In: FREIRE, A. M. A. (org.). *Pedagogia dos sonhos possíveis*. São Paulo: UNESP, 2001.

GUARESCHI, P. A. Ética, Justiça e Direitos Humanos. In: Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia. *Psicologia, Ética e Direitos Humanos*. Brasília: CFP, 1998.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

LACERDA, M.; PEREIRA, C.; CAMINO, L. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, 2002, p.165-178.

LANE, S. T. M. *O que é psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

MARINHO, G. *Educar em direitos humanos e formar para a cidadania no ensino fundamental*. Coleção Educação para direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTIM-BARÓ, I. *Ação e Ideologia*. 8. ed. San Salvador: UCA Editores. 1997.

MISKOLCI, R. Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, jan./abr. 2013.

OMS. *Saúde Sexual*. Genebra. 2017. Disponível em: http://www.who.int/topics/sexual_health/en/ 2.

PINHO, F. A.; NASCIMENTO, F. A. História, memória e esquecimento no cinema brasileiro: a contribuição da organização da informação na reconstrução da imagem social do personagem homossexual. *Logeion: Filosofia da Informação*, v. 3, n. 1, 2016, p. 42-63.

ROCHA, V. L. B.; RANGEL, M. A diversidade sexual permeada pela teoria das representações sociais: uma revisão narrativa. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara (SP), v. 11, n. 2, 2016, p. 783-794.

SILVA, N. R. da. *Relações sociais para superação da violência no cotidiano escolar e processos formativos de professores*. 297f. 2006. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2006.

SPINK, M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, 1993, p. 300-308.

VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da Práxis*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1990.

Recebido em: 11/05/2019.

Aprovado em: 16/03/2020.